

BANHEIROS ESCOLARES – PROMOTORES DE DIFERENÇAS DE GÊNERO

TEIXEIRA¹, Adla Betsaida Martins – UFMG – adlaufmg@gmail.com

RAPOSO², Ana Elvira Steinbach Silva – UFPB – anaeuviraraposo@uol.com.br

GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

Historicamente, o uso de banheiros tem servido para ratificar poderes, assim criando-se banheiros reservados aos indivíduos segundo suas classes sócio-econômica, de raça e mesmo de sexo. “A eliminação destes espaços se deu sob a insígnia de que separar significa no mais das vezes segregar” (Manifesto contra Banheiros alternativos, 2006). Talvez, separar estes espaços não contribua para a inclusão, mas para uma exclusão disfarçada ainda persistente em nossa sociedade.

Os banheiros são espaços de alta densidade simbólica para a investigação das relações de gênero e sexualidade no contexto público e escolar. Materializam e expressam concepções e práticas de cuidado do corpo e do meio ambiente — já que são locais de depósito de excreções — marcadas por significados de sexo e gênero. Como são arquitetados e organizados? Como são usados? Quem os mantém limpos? Tais questões sugerem reflexões que articulam gênero, sexualidade, corpo e educação.

Os banheiros públicos em geral, assim como os escolares, são tradicionalmente separados por sexo, diferentemente dos banheiros domésticos. Banheiros públicos *unisex* são raros e supõe-se que as razões para a separação sejam: (a) em geral, privacidade — pessoas do mesmo sexo podem se ver nuas, mas pessoas de sexos opostos (numa perspectiva heterossexual) não sem despertar impulsos (atração ou repulsa) sexuais indesejáveis; (b) em particular, conforto e higiene feminina e masculina. Quanto à privacidade, é interessante notar que os homens urinam em mictórios abertos, portanto o ato do homem urinar é público. Quanto à questão da higiene dos banheiros, na nossa cultura, com algumas variações conforme o grupo sócio-econômico-cultural, os banheiros públicos são freqüentemente sujos, e os banheiros masculinos são mais sujos e fétidos do que os femininos. É interessante notar que as crianças de qualquer sexo devem ser assistidas pela mãe ou cuidadoras mulheres no banheiro feminino ou nos novos banheiros infantis *unisex*, que excluem os pais/homens*.

¹ Doutora, Professora Adjunto Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

² Dourora, Professora Adjunto Faculdade de Educação, Universidade da Paraíba.

Apesar de ainda raros, estudos sobre banheiros escolares demonstram diferenças significativas quanto às questões de gênero. Ahmed (1981), por exemplo, evidencia diferenças nas escritas latrínicas em banheiros femininos (interatividade, conselhos pessoais, comentários direcionados aos relacionamentos, ratificantes de padrões conservadores de comportamentos, mais escritas que erotismo, mais elogios) e masculinos (maior agressividade, hostilidade e obscenidade, referência a homossexualidade, masturbação, uso de pejorativos, subjugando indivíduos). No Brasil, Otta (1993) e Otta e Teixeira (1998) afirmam que as escritas ou grafitos latrínicas são mais freqüentes em banheiros masculinos, porém a ocorrência de conteúdo sexual é similar para ambos os sexos. Grafitos de banheiros demonstram que, apesar de mudanças nos padrões contemporâneos de comportamentos, afirmam atitudes tradicionais quanto aos papéis sexuais. Nos banheiros encontram-se importantes registros escritos das fantasias, possibilitando análises sobre questões sociais (Nwoye, 1993).

Os banheiros garantem privacidade e anonimato ainda que em ambientes públicos, permitindo assim transgressões e aflorar impulsos sexuais. Destas possibilidades nascem fantasias. Algumas destas nem tão fantasiosas assim, como quanto aos receios das famílias de se deixar um menino ir sozinho a um banheiro público masculino por se temer o estupro, o “ser currado”; em geral a desconfiam da já histórica falta de limite do homem adulto para com seus “inferiores”(crianças, mulheres) nesta sociedade.

Iniciando pesquisa sobre relações de gênero na educação infantil (creches e pré-escolas), encontramos a problemática do uso do banheiro funcionando como marcadores de sexo/gênero. As creches e pré-escolas são instituições que atendem crianças pequenas no lugar da família e tendem a reproduzir o ambiente e as práticas domésticas/familiares, ora separando, ora não separando os banheiros e os cuidados corporais de meninos e meninas. A partir de visitas feitas em creches e pré-escolas nas cidades de Belo Horizonte (MG) e João Pessoa (PB), locais de estudos de caso sobre a construção e desconstrução das relações de gênero na escola infantil, anotamos e problematizamos práticas de utilização dos banheiros, para as necessidades e hábitos de tomar banho, urinar e defecar, entre crianças de 2 a 6 anos de idade. Consideramos que essas práticas de cuidado do corpo podem ser contextos interessantes das construções de gênero sobre as diferenças sexuais visíveis, considerando ademais que as atribuições de sexo já são culturais.

Alguns episódios são selecionados para análise neste artigo: o banho coletivo ou separado por sexo/idade; a separação ou não dos vasos sanitários por sexo, com ou sem privacidade; as reações do adulto cuidador/educador/a, mulher, acerca desses usos, bem como os posicionamentos das famílias. Notamos que as práticas de organização e uso desses espaços sugerem uma imbricação entre gênero e sexualidade culturalmente variável conforme as concepções de natureza e cultura, de gênero e de sexualidade, e de prática pedagógica correta e legítima dos/das educadores/as da creche/pré-escola e familiares, nem sempre explícitas ou problematizadas no contexto da educação formal.

Usos do banheiro em creches e pré-escolas

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil do Ministério de Educação, publicado em 1998, traz o banho como um dos cuidados indispensáveis à formação pessoal e social. Como objetivos para a idade de três anos, as orientações dadas são que a criança precisa se familiarizar com a imagem de próprio corpo, interessar-se pelo cuidado dele e relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e demais profissionais da instituição. O banho é parte da rotina e deve ser planejado como atividade voltada para “o bem-estar e para a experimentação de sensações no contato com a água e com objetos, bem como a interação com o adulto e com as outras crianças... respeitando-se a necessidade de privacidade de algumas delas e de atenção individualizada que cada uma requer” (Brasil, 1998, p. 57-58).

Apesar do documento nacional de política curricular para a educação infantil também indicar a necessidade de garantir as condições ambientais e materiais para o banho adequado (segurança e conforto às crianças e aos adultos que cuidam delas), adaptações às condições locais são requeridas. Condições físicas e orientações pedagógicas podem variar entre as redes escolares e mesmo entre escolas de uma mesma rede.

A expansão do atendimento pré-escolar é muito recente no Brasil. O segmento da educação infantil (de 0 a 5 anos) do sistema educacional municipal de João Pessoa atende atualmente a 2680 crianças, em 29 unidades denominadas de Centros de Referência da Educação Infantil – CREIs. O uso dos banheiros por crianças nas escolas municipais de João Pessoa tem sido diferenciado em função principalmente das idades, considerando-se a maior ou menor dependência do cuidado do adulto. Entre crianças menores, de 2 a 5 anos, o uso dos banheiros não é separado por sexo, como acontece com as crianças a partir de 6 anos, nas demais escolas. A política da Secretaria Municipal de Educação, embora enfoque questões de gênero e sexualidade na formação

continuada, não normatiza o banho misto ou separado na pré-escola, ficando a decisão a critério de diretoras, coordenadoras e/ou professoras.

Segundo entrevista com diretora (realizada em 2006), embora sua orientação fosse para o banho misto, as educadoras encarregadas de crianças de 4 a 5 anos costumavam organizar atividades para os meninos enquanto as meninas tomavam banho e vice-versa, numa tentativa velada de separação, seguindo o costume de separação dos corpos/sexos. Supõe-se que tal separação baseia-se no medo do adulto do despertar a sexualidade, em qualquer idade, pela visão do corpo e dos genitais, medo que se origina, por sua vez, numa concepção de natureza sexual que precisa ser reprimida. Nesse contexto cultural, a visão da sexualidade infantil situa-se na interseção entre a malícia e a ingenuidade da criança: mesmo sendo ingênua ela não é inocente (Raposo, 1999).

Como se sabe, as creches são ambientes de atuação profissional feminina, exceções feitas ao porteiro ou vigia, figura masculina que representa a demarcação entre dentro e fora, mundo fechado, protegido e mundo aberto, perigoso. Assim, o adulto que assiste as crianças de ambos os sexos no uso do banheiro, seja para banhar-se, urinar ou defecar, tem sido costumeiramente e exclusivamente mulher. Note-se, ademais, que os banheiros das creches municipais são impecavelmente limpos, sempre por funcionárias mulheres.

Para observar a interseção entre cuidado do corpo, sexo, gênero e meio-ambiente, e os modos culturais de generificação ou desconstrução do binarismo de gênero, visitamos de novembro de 2006 a março de 2007 duas instituições de educação infantil municipais, indicadas pela Secretaria de Educação, objetivando mapear as práticas de uso dos banheiros. Nelas encontramos uma política informal, ou seja, uma orientação prática, das diretoras, orientadora ou psicóloga, de uso do banheiro não separado por sexo.

A postura pedagógica revelada considera a naturalidade da curiosidade infantil e do conhecimento das diferenças do corpo do outro desde a infância. Neste sentido, sendo a criança considerada inocente, a curiosidade sexual é também inocente, sem malícia, ou seja, ou a natureza infantil é assexuada ou nela não há “maldade” com relação à expressão da sexualidade (Raposo, 1999). Daí a intervenção pedagógica dessas educadoras no sentido de mudar a concepção cultural de sexualidade como tabu, pecado, perigo, desordem, reforçando a idéia de que o corpo infantil não é sexual ou que sexo é natural, uma contra-narrativa ao discurso religioso e do medo.

As instituições municipais de educação infantil recebem as crianças durante o período das 7 às 17 horas³. O banho faz parte da rotina em dois momentos ao longo do dia: o banho matinal, em torno das 10h, antes do almoço; e o banho vespertal, em torno das 15h30min, antes do jantar. O matinal é importante, pois após o almoço as crianças dormem e têm maior conforto. Devido ao calor, meninos e meninas vestem apenas calções e dormem lado a lado, corpos misturados à vontade.

Os sanitários são utilizados eventualmente pelas crianças quando solicitam à educadora. As que já têm autonomia para isso vão sozinhas, mas a professora fica atenta para qualquer demora no retorno, verificando pessoalmente a causa. Nas duas instituições, os vasos sanitários estão dispostos lado a lado num único compartimento e quaisquer crianças podem usá-los simultaneamente, conforme a necessidade.

Na primeira instituição, situada no centro de João Pessoa e numa casa alugada, os banheiros utilizados pelas crianças são separados em função das idades das turmas e da proximidade de suas salas de aula. Um serve às crianças de 2 e 3 anos e outro serve às crianças de 4 e 5 anos. Devido ao pequeno tamanho do banheiro, as crianças são levadas ao banho duas ou quatro de cada vez, sempre menino e menina. Eventualmente, essa organização se desfaz quando, por exemplo, há problemas hidráulicos ou quando o banho é realizado coletivamente por turma, na área coberta externa.

Na segunda instituição, em bairro distante da periferia, cujo prédio foi construído para alojar a escola infantil, a fila do banho é mista e as crianças tomam banho de bacia, porque os chuveiros não funcionam. Como o banheiro é grande, pode-se dizer que o banho é coletivo, descontraído, alegre, constituindo-se numa atividade lúdica.

Nesta instituição, a técnica entrevistada confessou sua resistência à norma dos banhos mistos imposta pela diretora. Utilizava a desculpa de que os meninos são mais inquietos para organizar banhos separados por sexo. Teve de ceder à pressão da diretora e hoje acha natural a prática dos banhos mistos.

Segundo as educadoras entrevistadas (diretoras e técnicas), nas duas instituições as mães (as responsáveis familiares que interagem com a escola) nunca questionaram a não-separação dos banheiros. Em raros casos, ao saberem de brincadeiras de conotação sexual, como beijo na boca, limitam-se a solicitar a observação mais atenta da educadora, a título de prevenção.

³. Das duas escolas visitadas em Belo Horizonte, uma delas atende as crianças apenas em período parcial.

Essa não-separação das crianças por sexo no uso do banheiro nas creches públicas de João Pessoa representa um novo roteiro de gênero/sexual (Gagnon, 2006). Seria, então, um avanço na direção de uma educação não-sexista? Teria reflexos positivos no sentido de superar a imposição precoce da dicotomia de gênero na constituição das identidades das crianças?

Conhecedoras de pré-escolas privadas tradicionais, na década de 1980, que separavam os banheiros, levantamos a hipótese de que o aparente avanço sugerido por essa mistura das crianças no uso comum do banheiro nas pré-escolas públicas pode decorrer mais de razões de ordem prática — atender as necessidades de um grande número de crianças simultaneamente — do que de uma conscientização sobre a problemática da desigualdade de sexo e gênero. Todavia, algumas educadoras demonstraram estar cientes da ênfase da atual política educacional em educação não-sexista e equidade de gênero.

Entre 2006 e 2007, visitamos um Centro de Desenvolvimento Infantil em Belo Horizonte e uma Escola Municipal na Região Norte de Belo Horizonte. A primeira freqüentada por crianças de nível sócio-econômico-cultural médio e alto, filhas/os de docentes e funcionários da UFMG, com banheiros coletivos adaptados. Na segunda, as crianças pertenciam a famílias de níveis sócio-econômico baixo e médio da região. Somente na segunda escola, os banheiros eram separados por sexo, com cabines individuais para cada sanitário. Na creche da UFMG alguns banheiros e as alas de banho e troca de fraldas eram comuns.

Havia, entretanto, separação de alguns banheiros segundo sexo, identificados por pinturas em azulejos (meninos e meninas). Em entrevista com coordenadora pedagógica da creche UFMG soube-se que as meninas da turma de seis anos reivindicaram a separação, sob o argumento de que os meninos molham o assento do vaso sanitário. O pleito foi atendido, mantendo-se um banheiro *unisex* para o caso de uma criança encontrar ocupado o banheiro correspondente ao seu sexo.

As professoras não somente acataram a reivindicação, mas criaram uma tarefa pedagógica: propuseram às crianças a confecção das placas indicativas de banheiros de meninas e meninos. Elas então pintaram placas coloridas que foram colocadas nas portas de dois banheiros, já construídos lado a lado.

Essa medida, porém, não resolve o problema da falta de cuidado dos meninos com o uso do equipamento coletivo, neste caso, o vaso sanitário. A partir dessa separação, as meninas puderam contar com banheiros mais limpos, exclusivos; contudo, perdeu-se a

oportunidade de educar os meninos para o uso adequado do banheiro. Segundo uma norma cultural dominante, os meninos gozam de liberdade no uso do corpo, não ocorrendo à educadora discipliná-los para o uso e a conservação da limpeza do banheiro.

Perguntamos quem fazia a limpeza do local e a resposta foi: uma mulher — o que reforça a associação do trabalho feminino com tarefas de limpeza desvalorizadas. Perguntamos por que um homem não seria colocado para fazer aquela tarefa e a resposta foi: os pais e mães estranhariam um homem atendendo as crianças no banheiro, principalmente em relação às meninas e seu asseio. Esse afastamento do homem do cuidado com as crianças pequenas decorre em parte da noção do caráter natural (feminino) desse trabalho, que não é objeto de interesse dos homens; decorre também da idéia de periculosidade sexual masculina. Ora, os vários aspectos dessa situação sugerem uma melhor reflexão sobre o uso dos banheiros, a separação de sexo e as implicações de gênero.

Na escola municipal foi relatado um caso de um menino de quatro anos que envolveu dois outros colegas menores em atividade de “sexo oral”, ou imitação do ato. Segundo a vice-diretora, a família da criança se irritou com a intervenção da escola. Havia suspeitas de que a família já tinha conhecimento de abusos sexuais sofridos pela criança por parte de um irmão maior. Diante da resposta da família à escola encaminhou o caso para profissionais que desenvolvem projeto de apoio às famílias na escola. Apesar da diretora inocentar a criança e mesmo da naturalidade com que descreveu o episódio, foi perceptível a falta de interesse da mesma em investir mais tempo para o entendimento do caso. O episódio foi rapidamente analisado como um desvio familiar, sem qualquer menção sobre a sexualidade das crianças ou possíveis políticas de ação na escola.

Na mesma escola, outro caso relacionado a comportamento sexual foi observado durante observações numa sala de aula. Nesta, uma menina de três anos se masturbava durante aulas. Ao ser alertada, a professora reagiu com indiferença e disse que conversaria com a mãe da criança. Nenhum retorno foi dado sobre o caso. Constata-se aqui a dificuldade e o despreparo das escolas em lidar com situações e problemas relacionados aos comportamentos sexuais. Frequentemente, a solução é o esquivar-se e esquecer, forjando assim realidades de normalidades sexuais. Os comportamentos sexuais não são nomeados, portanto “não existem”, se “desmaterializam”. Não obstante, eles estão lá, ratificados silenciosamente através de exercícios cotidianos como num simples uso dos banheiros.

Problematização

Essa separação dos banheiros se insere nos roteiros coercitivos de gênero na socialização da criança pequena. De acordo com Gagnon (2006), autor da teoria dos roteiros sexuais, os roteiros coercitivos de gênero precedem os roteiros de sexo. Desde muito pequenas, com a distinção de roupas e brinquedos, as crianças aprendem roteiros sociais de gênero, sobre como os meninos e as meninas devem se comportar individualmente e em relação uns aos outros. Os roteiros de gênero e sexuais contêm concepções e prescrições de valor e de comportamento moral.

No âmbito da família, as meninas são levadas a desempenhar funções que reforçam a construção de gênero feminino ligada a uma forma organizada, minuciosa, higiênica de lidar com os espaços e tempos do cotidiano doméstico. Já os meninos são confrontados com expectativas opostas: permite-se que sejam desorganizados e desleixados com o cuidado da casa e com a limpeza em geral. Nas famílias que têm meninos e meninas, geralmente o serviço da casa é destinado às meninas; aos meninos cabem os serviços da rua, como comprar o pão, atender mandados externos, pequenos serviços de mensageiros.

Hoje, cada vez mais esses roteiros tendem a ser construídos e aprendidos na escola. Rodrigues (2003) ao tratar, com base em teorias psicológicas (psicanalítica, da aprendizagem social e cognitivista), da idade na qual a criança passa a diferenciar o seu gênero indica os 4 anos, embora tal demarcação seja difícil de ser feita, já que é culturalmente variável. Considerando-se que as crianças iniciam sua frequência às creches públicas aos 2 anos, esse é um contexto importante em que os roteiros de gênero são ensaiados, em que os princípios de visão (subjéctiva) e de divisão (objéctiva) atuam na reprodução das relações e *habitus* de gênero — dominante x dominado (Bourdieu, 1999).

Os episódios relatados propiciam uma reflexão sobre a construção de sexo e gênero no espaço público da educação infantil, numa faixa etária importante, porém pouco estudada no Brasil. Com efeito, as pesquisas sobre gênero e infância são incipientes no Brasil. Em um levantamento de títulos académicos, excetuando-se teses e dissertações, conseguimos encontrar duas obras: o livro de Rodrigues (2003) e o Dossiê Infância em número especial dos Cadernos Pagu (2006), além das contribuições de Rosemberg (2001, 1995) e Rosemberg et al. (2001). Faria (2006) apresenta um breve estado da arte sobre gênero e infância, confirmando que as análises sobre as relações de poder entre

meninos e meninas são esparsas na área de educação infantil e têm início na história das pesquisas sobre a infância a partir do final dos anos de 1980, ocorrendo uma expansão no momento atual. Se, por um lado, as pesquisas feministas, com exceção do enfoque da construção das identidades e relações de gênero na família (por exemplo, Chodorow, 1974), têm um enfoque adultocêntrico, como ressalta Rosemberg (2002), por outro lado, as pesquisas sobre educação infantil não têm incluído a categoria analítica de gênero (Carvalho, 2006).

Perspectivas

Qual o futuro das identidades de gênero? Como a escola deve tratar essa questão? Como a escola pode contribuir para a equidade de gênero?

Primeiramente vemos a necessidade de se desconstruir modelos tradicionais de educação, não apenas ensinando a aceitar, mas também criando exercícios práticos de comportamento nas suas rotinas, desafiando e afetando as futuras gerações e os adultos que ali transitam.

As múltiplas formas de sexualidade e gênero que ora ganham visibilidade pública e civil — transexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, gays — questionam a distinção binária de sexo/gênero, expressa nos banheiros públicos, para apontar a sua insuficiência e sua inadequação. A linguagem e a prática social começam a dar sinais de que se precisa de novos conceitos de organização sanitária para acolher as novas subjetividades e corporeidades. A imagem nas portas dos banheiros separando, permitindo ou proibindo, já é problemática. Alun@s com outras identidades sexuais e de gênero não se sentem confortáveis para utilizar tais banheiros, expondo-se a episódios de constrangimento e coação moral.

Uma boa imagem dessa inadequação do binarismo expresso pelas representações homem/mulher nos banheiros públicos está no filme *Transamerica* (Tucker, 2005), no qual a personagem transexual se coloca diante das duas portas de banheiros marcadas pelo símbolo feminino/masculino e hesita em qual entrar. Contudo, utiliza o banheiro feminino, sua atual condição subjetiva/objetiva, apesar de ainda *ter* um pênis e poder urinar em pé, pois a cirurgia de mudança de sexo está sendo aguardada. O simbolismo do banheiro como local de refúgio e de privacidade utilizado por mulheres também é evidenciado no filme, quando a personagem vai sempre ao banheiro para se recompor, corporal e emocionalmente. Os banheiros são então fortes marcadores de gênero.

Diante da visibilidade social e anatômica de várias possibilidades de sexualidade, a desigualdade se mantém a partir do binarismo dominante de gênero, feminino ou masculino, em relação àqueles que não se encaixam em nenhum desses dois padrões de generificação. Se as categorias de sexo/gênero são agora desafiadas a se desfazerem em função da plasticidade de novas sexualidades emergentes, é no confronto com as categorias “inadequadas” que podemos construir espaços, símbolos e signos mais polissêmicos.

A organização dos banheiros públicos, portanto, é uma questão de política pública e de política educacional, e a escola é um local em que tais questões podem e devem ser problematizadas em suas implicações ambientais, culturais e de gênero. Assim, o uso conjunto do banheiro na educação infantil chama a atenção para uma prática que deveria ser estimulada nos vários contextos e níveis escolares, pois o uso comum dos espaços públicos requer o aprendizado do cuidado e conservação do ambiente e do respeito pelo outro, sem distinções de sexo ou gênero.

São inegáveis as funções normatizadora e sancionadora da escola. Nela, práticas de gênero aparecem como mais um recurso de controle social. Ao se esquivar de se discutir ou de intervir em situações como as analisadas acima, a escola também contribui para a perpetuação de comportamentos sexuais desiguais e injustos.

Referências

Bourdieu, Pierre (1999). *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil, Ministério da Educação (1998). *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Volume 2. Formação pessoal e social. Brasília: MEC, Secretaria de Ensino Fundamental.

Carvalho, Maria Eulina P. de et alli (2006). *Estudos de caso da prática docente enfocando as construções e desconstruções das relações de gênero no cotidiano da educação infantil*. Edital MCT/CNPq 02/2006. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

Chodorow, Nancy (1974). Family structure and feminine personality. In: Rosaldo, M. Z. & Lamphere, L. (Eds). *Women, culture and society*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 49-66.

Faria, Ana Goulart de (2006). Pequena infância e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, nº 26, janeiro a junho, pp. 279-287.

Gagnon, John H. (2006). *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

|

Otta, E. & Teixeira, RP. (1998) Grafitos de banheiro: Um estudo de diferenças de gênero. In. Estudos de Psicologia.

Raposo, Ana Elvira Steinbach S. (1999). Um estudo sobre a sexualidade infantil no contexto de creche. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Rodrigues, Paula (2003). *Questões de gênero na infância: marcas de identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Rosemberg, Fúlvia (2002). Educação Formal, Mulheres e Relações de Gênero: Balanço Preliminar da Década de 90. In Bruschini, Cristina & Unbehaum, Sandra G., Orgs. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, FCC: Ed. 34.

Rosemberg, Fúlvia (2001). Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educação e Pesquisa*, vol. 27, nº 1, FE-USP, pp. 47-68.

Rosemberg, Fúlvia; Campos, Maria Malta; Ferreira, I. M. (2001). *Creches e pré-escolas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora.

Rosemberg, Fúlvia, Org. (1995). *Educação infantil: bibliografia anotada*. Brasília: MEC.

Tucker, Duncan (2005). *Transamerica*. Estados Unidos: Belladonna Productions LLC.